TERMO DE REFERÊNCIA

Em conformidade com o artigo 26 da Lei nº 8.666/1993, o Decreto Federal nº 10.024/2019, a Lei Municipal nº 17.273/2020, o Decreto Municipal nº 54.102/2013 e a Ordem Interna SG/GAB nº 21/2019

PROCESSO Nº 5670/2021

1. OBJETO

1.1. Contratação do fornecimento de medicamentos diversos, por meio de empenho estimado, para o período de 01/06/2021 a 31/03/2022, para atender às necessidades do Serviço de Saúde, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

MEDICAMENTOS 2021/2022			
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UN
1	Acidos graxos essenciais (dersani) fr c/ 100ml	1	fr
2	Accu-chek Performa tiras reagentes para glicose cx c/ 50 tiras	2	cx
3	Acetato de hidrocortisona amp c/ 100mg	8	amp
4	Acetato de hidrocortisona amp c/ 500mg	6	amp
5	Acido mefenamico 500mg cx c/ 24cp	1	cx
6	Água destilada amp c/ 10ml	05	amp
7	Álcool a 70% fr c/100ml	50	fr
8	Brometo de ipratropio 0,25mg/ml sol Inal fr c/ 20ml	1	fr
9	Butilbrometo de escopolamina + dipirona sódica 4+500mg/ml amp c/ 5ml cx c/ 3 amp	4	cx
10	Butilbrometo de escopolamina + dipirona sódica 10+250mg cx c/ 20cp	4	cx
11	Butilbrometo de escopolamina + dipirona sódica 6,67+333,4mg/ml fr c/ 20ml	3	fr
12	Captopril 25 mg cx c/ 30cp	4	cx
13	Cetoprofeno 100 mg amp intramuscular cx c/ 06amp	8	cx
14	Clonazepam 2,5 mg/ml fr c/ 20ml	2	fr
15	Clorexidina alcoólico fr c/ 100 ml	1	fr

16	Clorexidina degermante fr c/ 100 ml	1	fr
17	Cloridrato de fenazopiridina 200mg cx c/ 18cp	1	cx
18	Cloridrato de lidocaína 20mg/g geléia bg c/ 30gr	5	bg
19	Cloridrato de loperamida 2mg cx c/ 12cp	6	cx
20	Cloridrato de metoclopramida 10mg cx c/ 20cp	1	cx
21	Cloridrato de metoclopramida 5mg/ml amp c/ 2ml	50	amp
22	Cloridrato de ondansetrona 4mg cx c/ 10cp SL	10	cx
23	Cloridrato de prometazina 25mg/ml amp c/ 2ml cx c/25 ampolas	1	cx
24	Cloridrato de prometazina creme 2% bg c/ 30gr	1	bg
25	Diazepam 10mg cx c/ 30cp	1	cx
26	Diclofenaco de dietilamonio 11,6mg/g gel bg c/ 60gr	10	bg
27	Diclofenaco sódico 25mg/ml amp c/ 3ml cx c/ 5 amp	5	cx
28	Diclofenaco sódico 50 mg cx c/ 20cp	10	cx
29	Dimenidrato + clor de piridoxina 25 + 5mg fr c/ 20ml	1	fr
30	Dimenidrato + clor de piridoxina 50+10mg cx c/ 30cp	1	cx
31	Dimeticona 75mg/ml fr c/ 15ml	8	fr
32	Dinitrato de isossorbida 5mg SL cx c/30cp	1	cx
33	Dipirona sódica + clor de prometazina + clor de adifenina 500+5+10mg/1,5ml gts fr c/ 20ml	1	fr
34	Dipirona sódica 500mg/ml fr c/ 20ml	5	fr
35	Dipirona sódica 500mg/ml amp c/ 2ml cx c/50 ampolas	1	cx
36	Dipirona 500mg cx c/ 30cp	5	cx
37	Dipropionato betametasona + fostafato betametasona 5+2mg/ml injetável amp c/ 1ml	50	amp
38	Flunarizina 10mg cx c/ 50 cp	1	cx
39	Furosemida 10mg/ml amp c/ 2ml, cx c/ 5amp	2	cx
40	Furosemida 40mg cx c/ 20cp	2	cx
41	Glicose 25% amp c/10 ml	10	amp
42	Hidróxido de alumínio 61,5mg/ml susp fr c/ 240 ml	3	fr

43	Hipromelose + dextrano 70,3+1mg/ml sol. oft fr c/ 15ml	1	fr
44	Ibuprofeno 400mg cx c/ 10cp	2	cx
45	Loratadina 10 mg cx c/ 12cp	10	cx
46	Maleato de bronfeniramina + clor de fenilefrina 12+15mg cx c/ 12cp	10	cx
47	Nifedipino 10mg cx c/ 30 cp	1	cx
48	Omeprazol 20 mg cx c/ 14cp	15	cx
49	Paracetamol + carisoprodol + diclofenaco sódico + cafeína anidra 300+125+50+30 cx c/ 30cp	12	cx
50	Paracetamol 750mg cx c/ 200cp	1	cx
51	Paracetamol Gotas 200mg/ml fr c/ 15 ml	1	fr
52	Passiflora incarnata L. 300mg cx c/ 20cp	3	cx
53	Ramipril + besilato de anlodipino 5 + 5 cx c/ 30cp	2	cx
54	Soro fisiológico 0,9% bolsa 100ml	30	bolsa
55	Soro fisiológico 0,9% bolsa 250ml	30	bolsa
56	Soro fisiológico 0,9% bolsa 500ml	30	bolsa
57	Soro fisiológico amp c/ 10ml	300	amp
58	Soro glicosado 0,5% bolsa 250ml	30	bolsa
59	Sulfato de neomicina + bacitracina 5+250ui/g pom bg c/ 15gr	2	bg

1.2. Os medicamentos deverão ter prazo de validade mínimo de 12 meses, a contar da data da entrega.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição dos bens acima elencados atenderá às necessidades de reposição de medicamentos utilizados pelo Serviço de Saúde.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520/2002.

4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.1. O fornecimento dos medicamentos, com a respectiva entrega, se dará ao longo do período de 01/06/2021 até 31/03/2022, a partir da necessidade deste Tribunal, podendo não atingir a totalidade estimada.

4.2. O prazo para entrega dos medicamentos deverá ser de até 07 (sete) dias úteis, após a formalização do pedido pela área requisitante.

4.3. Os produtos deverão ser entregues na sede do órgão, no endereço Av. Professor Ascendino Reis, 1130, no horário das 10 horas às 16 horas.

5. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. Os bens serão recebidos:

- a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta.
- b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará até 03 (três) dias do recebimento provisório.

5.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser precedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada obriga-se a:

6.1.1. Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de validade.

6.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da redação da rede de assistência técnica autorizada.

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

6.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir, remover, ou

reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) (dias), o produto com avarias ou defeitos.

6.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente licitação.

6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

6.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. A Contratante obriga-se a:

7.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário.

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.

7.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

7.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

8. MEDIDAS ACAUTELADORAS

8.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providencias acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

9. FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

9.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

9.2. A fiscalização de que trata este item não se exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666/1993.

9.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no Edital.

São Paulo, 14 de abril de 2021

Identificação e assinatura do servidor responsável

Aprovo, em

Identificação e assinatura da autoridade competente